



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANÁLISES DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS COMO FERRAMENTA
NA TOMADA DE DECISÃO**

Wéllita Nascimento Brito

Campina Grande - PB

2016

WÉLLITA NASCIMENTO BRITO

**ANÁLISES DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS COMO FERRAMENTA
NA TOMADA DE DECISÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Campina Grande - PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B862a Brito, Wéllita Nascimento.

Análises dos índices econômico-financeiros como ferramenta na tomada de decisão [manuscrito] / Wellita Nascimento Brito. - 2016.

21 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Profa. Ma. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves, Departamento de Contabilidade".

1. Tomada de decisão. 2. Índices econômicos-financeiros.
3. Análises. I. Título.

21. ed. CDD 657

WÉLLITA NASCIMENTO BRITO

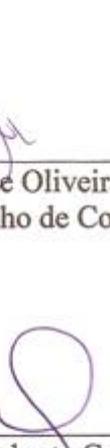
**ANÁLISES DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS COMO FERRAMENTA
NA TOMADA DE DECISÃO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sendo aprovado em sua forma final.



Professor Esp. Cláudio de Oliveira Leôncio Pinheiro
Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso

Professores que compuseram a banca:



Professora Msc. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves
Orientadora



Professora Eliedna de Sousa Barbosa
Membro



Professor Esp. José Luís de Souza
Membro

Campina Grande - PB, 19, maio de 2016

RESUMO

BRITO, Wéllita Nascimento. **Análises dos Índices Econômico-Financeiros como Ferramenta na Tomada de Decisão**. 2016. 21 páginas. Trabalho de conclusão de curso – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande - PB, 2016.

As constantes modificações no cenário econômico têm tornado as organizações bastante oscilantes, exigindo dos gestores meios confiáveis para adquirir as informações necessárias para as tomadas de decisões. Sendo assim, este artigo aborda uma pesquisa sobre qual a importância das análises dos índices econômico-financeiros para a tomada de decisão das empresas. A pesquisa teve como objetivo efetuar um comparativo dos índices, com a finalidade de analisar a situação econômico-financeira das empresas pesquisadas e evidenciar a importância dessas informações para a tomada de decisão. Utiliza-se o Balanço Patrimonial (PL) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) como base para calcular os Índices das empresas, Alpargatas S/A e Vulcabras S/A companhias do segmento calçadista da BOVESPA, tendo como referência os exercícios de 2014 e 2015. Procura-se verificar os resultados das análises dos Índices de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade das empresas comparando seus desempenhos e medindo a capacidade de pagamento a curto/longo prazo. Os resultados evidenciaram que diante de um cenário econômico desafiador, as análises efetuadas fornece informações relevantes para auxiliar os gestores na tomada de decisão.

Palavras-chave: Tomada de decisão. Índices Econômico-Financeiros. Análises.

1 INTRODUÇÃO

As frequentes modificações no cenário econômico mundial têm tornado as organizações bastante oscilantes, exigindo dos gestores meios confiáveis para adquirir as informações desejáveis e indispensáveis no âmbito financeiro para que alcancem seu crescimento em plena solvência.

A contabilidade não somente quantifica, registra e informa os fatos que ocorre na entidade, mas analisa e revisa. Sua finalidade é fornecer informações confiáveis, comparáveis, compreensivas e relevantes, que evidencie a situação da organização e viabilize uma direção que reduza os riscos nas tomadas de decisões.

As reformulações são constantes nas práticas de controle gerencial, onde a implementação alternativa tem sido cada vez mais profunda segundo Pereira e Guerreiro (2005), devido a adaptação do novo ambiente econômico e social. Na tomada de decisão, os gestores necessitam ter posições estratégicas sobre o processo produtivo para suas empresas não cheguem a um determinado grau de insolvência. Para isso, o uso das Demonstrações

Contábeis e seus respectivos indicadores tem se mostrado extremamente relevante para o auxílio da tomada de decisão.

Na Lei Nº 11.638/2007 que altera artigos da Lei Nº 6.404/1976 das Sociedade por Ações relaciona as seguintes demonstrações financeiras como obrigatórias: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), as Demonstração do Valor Adicionado (DVA), e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) sendo estas obrigatórias quando se tratando de companhias de Capital Aberto e a DMPL deverá substituir a DLPA.

Diante disto, vem à tona a problemática de pesquisa: Qual a importância das Análises dos Índices Econômico-Financeiros para a tomada de decisão das empresas Alpargatas e Vulcabras, nos exercícios de 2014 e 2015?

Assim, o objetivo geral deste artigo é efetuar uma análise dos Índices Econômico-Financeiros, com a finalidade de comparar a situação econômico-financeira das empresas pesquisadas, evidenciando a importância dessas informações para a tomada de decisão. Através do objetivo geral, destacam-se os seguintes objetivos específicos: conceituar as Demonstrações Financeiras e os índices econômico-financeiros; utilizar o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício como base para calcular os Índices Econômico-Financeiros; apresentar os resultados das análises dos índices das empresas Alpargatas e Vulcabras.

A Justificativa dá-se pela abrangência dos aspectos teóricos sobre as Demonstrações Financeiras e os Índices Econômico-financeiros, almejando aplicar nos demonstrativos contábeis os índices escolhidos e expor para os gestores a relevância desse tema como auxílio para a tomada de decisão, garantindo assim o grau de solvência de suas entidades através de estratégias administrativas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Demonstrações Contábeis

A Contabilidade com a finalidade de ser a mais concreta das ferramentas para a tomada de decisão tornou-se indispensável por fornecer informações financeiras relevantes para os empreendedores de modo transparente.

A Informação contábil-financeira para ser útil precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe representar. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível. (BRAGA, 2012, p. 18)

Por meio das informações adquiridas, a organização deverá apresentar suas demonstrações contábeis (também conhecida como “demonstrações financeiras”) de acordo com as normas regulamentares dos órgãos normativos.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 26) as demonstrações contábeis são uma apresentação estruturada da posição patrimonial e financeira da entidade, objetivando disponibilizar informações acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja válido para os usuários em suas análises e tomadas de decisões econômicas.

Cada demonstração tem sua característica e dispõe de informações acerca de determinadas operações da organização, auxiliando a administração a identificar limitações com o propósito de adotar medidas para um melhor desempenho. Como demonstrações contábeis, o estudo aborda o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício como ferramentas essenciais na tomada de decisão.

2.1.1 O Balanço Patrimonial (BP)

É considerado uma representação gráfica do patrimônio, ou seja, evidencia a situação do patrimônio da entidade; é constituída de duas colunas verticais: a direita designada Passivo e Patrimônio Líquido e a esquerda denominada Ativo. “[...] é a representação monetária, em determinado momento, do conjunto de bens, direitos, obrigações e valor patrimonial dos donos ou acionistas, de uma entidade.” (MONTARTE, 2007, p. 1).

A Lei societária Nº 11.638/2007 prescreve as contas do balanço como classificadas segundo os elementos do patrimônio que elas representam. Para isto, as contas do ativo deverão ser apresentadas em ordem decrescente de liquidez e as contas do passivo (obrigações, financeiras ou não, de sua instituição com as demais empresas) e patrimônio líquido em ordem decrescente de exigibilidade.

O Ativo pode ser dividido em Ativo Circulante e Ativo Não Circulante. Respectivamente, quando for vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da empresa, mantido exclusivamente com a intenção de ser negociado e quando é caixa ou equivalente de caixa; e/ou quando abrange os ativos tangíveis, intangíveis, imobilizado e ativos financeiros de longo prazo. O Passivo é fracionado em Passivo Circulante, quando pretende-

-se liquidar no ciclo operacional normal da entidade ou deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço. E em Passivo Não Circulante, quando há inclusão das obrigações assumidas pela entidade para a realização de suas operações. Em termos práticos, o que diferencia o circulante do não circulante é o prazo de exigibilidade (NIYAMA; SILVA, 2011).

Partindo para a definição do Patrimônio Líquido, pode-se afirmar ser a apresentação da participação dos proprietários. É formado pelo conjunto de contas que assinala a relevância contábil referente aos acionistas ou quotistas. De acordo com a Lei de N°. 11.638/2007, o PL passou a ser composto por Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucro, Ações em Tesourarias, Prejuízos Acumulados (BRAGA, 2012). O Balanço Patrimonial tem como finalidade oferecer uma posição exata da contabilidade e situação da entidade, é considerada uma das principais demonstrações financeiras de uma entidade.

2.1.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A Demonstração do Resultado do Exercício possui papel totalmente significativo na tomada de decisões por parte dos gestores, e nela concentra informações relevante para o cumprimento de um planejamento estratégico satisfatório. Braga (2012, p. 78) afirma que:

A finalidade básica da demonstração do resultado do exercício é descrever a formação do resultado gerado no exercício, mediante especificação das receitas, custos e despesas por natureza dos elementos componentes, até o resultado líquido final – lucro ou prejuízo.

A Demonstração do Resultado do Exercício destaca o resultado que a entidade atingiu com o desenvolvimento de suas atividades, demonstrando as receitas e despesas no período avaliado. Desta forma, a DRE é de extrema importância para analisar a rentabilidade da entidade e o desempenho dos gestores em alcançar resultado positivo, se tornando ferramenta fundamental no posicionamento do tomador de decisão.

2.1.3 Demonstração de Lucro ou Prejuízos Acumulados (DLPA)

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) possui como objetivo a evidência das mudanças sucedidas na conta de lucros (ou prejuízos) amontoados no decorrer de um período de averiguação contábil. A Demonstração de Lucro ou Prejuízo Acumulado

relata as movimentações e mudanças, ocorridas na conta de lucro ou prejuízo acumulado durante o exercício e a destinação dada ao saldo, ao final de cada exercício.

A estrutura da DLPA é formada por: o saldo do início do período, modificações ocorridas durante o período, ajustes de exercício anterior, reversão de reservas, lucro ou prejuízo líquido do exercício, proposta de destinação dos lucros e saldo no final do período.

Marion (2009, p. 52) explica que a DLPA “é obrigatória para as entidades e poderá ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), obrigatórias para as companhias abertas”, pois possui um maior detalhamento das informações.

2.1.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Por evidenciar as modificações em natureza e valor de todas as contas do patrimônio líquido, é que a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, se torna completa e abrangente, proporcionando a identificação dos motivos de crescimento ou declínio da entidade. Por meio da DMPL tornasse possível a observação detalhada da movimentação de cada conta integrante do Patrimônio Líquido ao longo do exercício.

“A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido tem a finalidade de simplificar as mudanças ocorridas nos componentes do patrimônio líquido, durante determinado período.” (BRAGA, 2012, p. 90).

2.1.5 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A legislação Societária Lei nº 11.638/07, que modificou a Lei 6.404/76 substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). A DFC é uma ferramenta contábil relevante nas operações sucedidas causadoras de modificações no saldo da conta caixa, em um determinado período. Quintana (2009, p.11) afirma que “o usuário dessa demonstração tem uma visão do planejamento, da tomada de decisão e da capacidade do gestor em lidar com muitas das ações concernentes ao caixa.” A DFC analisada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, gera informações que auxiliam os usuários na avaliação de liquidez, solvência, e capacidade que as empresas possuem em se adaptar às novas circunstâncias e aproveitar as melhores oportunidades de investimento possibilitando a avaliação da capacidade que a entidade tem para respeitar seus compromissos e gerar fluxos futuros.

Segundo Marion (2009, p. 52) “A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as modificações ocorridas no saldo de disponibilidade (caixa e equivalente de caixa) da companhia em determinado período, por meio de fluxos de recebimentos e pagamentos.”

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem duas formas de apresentação, a direta, que são evidenciados todos os recebimentos e pagamentos que contribuíram para a variação das disponibilidades; e a indireta, onde são demonstrados os ajustes ao lucro líquido por meio do valor das operações de receitas ou despesas.

2.1.6 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Considerada como vertente do Balanço Social, A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é de natureza econômica, que permite averiguar e analisar o comportamento econômico da instituição e o seu levantamento com a sociedade. De acordo com a Lei 11.638/07 a Demonstração do Valor Adicionado tornou-se obrigatória para as companhias de capital aberto, a DVA identifica a contribuição da entidade para a geração de riqueza, assim como os efeitos sociais produzidos pela distribuição.

Conforme enfatiza Marion (2009, p. 57):

A DVA evidencia quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, quanto ela adicionou de valor a seus fatores de produção, e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital) e quanto ficou retido na empresa.

2.2 Análise das Demonstrações Financeiras

As análises das demonstrações representam um instrumento significativo a disposição das pessoas que se relacionam com a entidade, sejam elas os usuários internos ou externos, pois auxilia na tomada de decisão, considerando-se que é utilizado os relatórios contábeis, torna-se possível examinar o desempenho da entidade. Elas permitem identificar o empreendimento, mostrando os pontos críticos e possibilitam evidenciar um esquema para a solução dos problemas, fornecendo uma visão estratégica dos planos da entidade, bem como as expectativas para o seu futuro, suas limitações e suas capacidades.

Na análise das Demonstrações Contábeis, apesar de haver cálculos formalizados, não existe forma metodológica comprovada de comparar os índices para obter um resultado exato. Ou seja, cada analista pode analisar o mesmo conjunto de informações, e ter conclusões diferentes. (IUDICIBUS, 2012).

2.2.1 Índice de Liquidez

Analisa a capacidade de pagamento que a entidade tem diante das suas obrigações, essas informações são de grande importância para os usuários internos e externos. Segundo Marion (2009, p. 71):

São utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato.

Os dados retirados para o cálculo destes índices são tirados exclusivamente do Balanço Patrimonial, demonstração essa que mostra a situação patrimonial da entidade. Os índices de liquidez podem ser divididos em Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Liquidez Geral.

Quadro 1 – Definições dos Índices de Liquidez

ÍNDICES	FÓRMULAS	DEFINIÇÕES
Liquidez Corrente	$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Curculante}}$	A liquidez corrente é aplicada para analisar a capacidade de pagamento da entidade a curto prazo.
Liquidez Seca	$LS = \frac{(\textit{Ativo Circulante} - \textit{Estoques})}{\textit{Passivo Circulante}}$	A liquidez seca se diferencia da liquidez corrente por excluir os estoques do seu cálculo, com intenção de verificar as possibilidades da entidade de saldar com suas dívidas sem dispor dos seu estoques.
Liquidez Geral	$LG = \frac{(\textit{Ativo Circulante} + \textit{Realizável a Longo Prazo})}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Passivo não Circulante}}$	O índice de liquidez geral analisa a situação a longo prazo da entidade, acrescentando ao cálculo os direitos e obrigações a longo prazo.

Fonte: Elaboração do autor

2.2.2 Índice de Endividamento

Os recursos da entidade são resultantes de duas origens: capitais próprios e capitais de terceiros. Ambos devem estar em equilíbrio para que a estrutura de capitais da entidade esteja em coerência.

[...] a empresa também possui esse limite de endividamento, que está na razão direta da sua capacidade de gerar e recuperar os recursos necessários ao pagamento de suas obrigações, dentro dos prazos estipulados. Por esta razão, a dosagem dos capitais próprios e alheios deve ser convenientemente estudada, não só pelos analistas, como também pelos próprios administradores da empresa. (BRAGA, 2012, p. 156-157).

Quadro 2 – Definições dos Índices de Endividamento

ÍNDICES	FÓRMULAS	DEFINIÇÕES
Grau de Endividamento	$END = \frac{(Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo)}{Patrimônio\ Líquido}$	Este quociente é um dos mais usados para representar a colocação da entidade com relação aos capitais de terceiros.
Composição de Endividamento	$CE = \frac{Passivo\ Circulante}{(Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo)}$	Apresenta qual a proporção existente entre as obrigações de curto prazo e as obrigações totais.

Fonte: Elaboração do autor

2.2.3 Índice de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade satisfazem os fatores econômicos na análise da entidade, pois destaca o quanto renderam os investimentos realizado pela entidade. Pode ser compreendida como o grau de rendimento de um negócio; o retorno, é lucro conquistado pela entidade.

Com as demonstrações contábeis a entidade pode produzir dezenas de índices, conectando a cada um, variáveis diferentes. No entanto, vamos abordar três indicadores: o Giro do Ativo, o Retorno sobre as Vendas e o Retorno sobre investimento.

Quadro 3 – Definições do Índices de Rentabilidade

ÍNDICES	FÓRMULAS	DEFINIÇÕES
Giro do Ativo	$GA = \frac{Receitas\ Líquidas}{Ativo\ Total\ Médio}$	O giro do ativo firma ligação entre as vendas do período e os investimentos totais realizados pela entidade.
Retorno de Investimento	$ROI = \frac{(Lucro\ Líquido * 100)}{Ativo\ Total}$	Evidencia a lucratividade como um todo em relação as aplicações realizadas.
Margem de Lucro sobre as Vendas	$ML = \frac{(Lucro\ Líquido * 100)}{Vendas\ Líquidas}$	Fornecer o percentual de lucro que entidade está obtendo em relação ao seu faturamento.

Fonte: Elaboração do autor

3 METODOLOGIA

Com o propósito de esclarecer a problemática em questão, utiliza-se como metodologia de pesquisa a confrontação dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade dos exercícios de 2014 e 2015 das empresas Alpargatas e Vulcabras, do segmento calçadista da Bovespa.

A pesquisa é classificada como documental e é considerada como quantitativa de natureza aplicada, possui abordagem de caráter sistêmica, onde utiliza-se métodos para a identificação, mensuração e comunicação sobre as informações econômicas e financeiras que auxiliam na correta tomada de decisão (OLIVEIRA, et al., 2003). A pesquisa foi realizada tomando por base estudos científicos, periódicos, dicionários e obras de divulgação, sites disponíveis na internet, ou seja, material exposto ao público em geral com finalidade científica para ampliação de conhecimento sobre o assunto em questão (LAKATOS; MARCONI, 2011). Para este estudo, houve a leitura a partir de publicações como monografias, teses, dissertações, livros, periódicos, anais de encontros científicos.

Considerando a organização, análise e interpretação dos dados, respectivamente trata-se de uma pesquisa de tabulação, com a disposição dos dados em tabelas e facilitando a verificação das inter-relações (OLIVEIRA, et al., 2003), interpretativa, procurando facilitar a análise por meio de abordagem adequada.

Em relação as técnicas de amostragem, foi considerado como Universo da pesquisa, o segmento calçadista do mercado nacional. Como amostra, classifica-se como não probabilística por acessibilidade, ou seja, quando não faz uso de uma forma aleatória de seleção e quando o acesso aos elementos é de maior facilidade ou são os elementos aos quais o pesquisador tem acesso (LAKATOS & MARCONI, 2011; VERGARA, 2000; GIL 2008), sendo duas empresas brasileiras do setor de calçados: Alpargatas S.A. e a Vulcabras.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste estudo, será levado em consideração os Índices Econômico-financeiros (Liquidez, Endividamento e Rentabilidade) das empresas Alpargatas (1) e Vulcabras (2) do setor de tecidos, vestuários e calçados no segmento calçadista da BM&FBOVESPA.

4.1 Liquidez Corrente

Neste tópico é mostrado os resultados obtidos como também as análises para o índice de liquidez corrente.

Tabela 1 – Comparativo do Índice de Liquidez Corrente

Liquidez Corrente	2014	2015
Alpargatas	215%	169%
Vulcabras	122%	93%

Fonte: Elaboração do autor – Demonstrações Financeiras, Bovespa (2016).

Observa-se na empresa (1) no ano de 2014, a existência de 215% de disponíveis para cada R\$ 100,00 em dívidas de curto prazo, apresentando um percentual de 115% de capital líquido. Já em 2015 para cada R\$ 100,00 de dívidas, dispõe de 169% para cobertura das dívidas, o que chega a ser um dado relevante por a empresa estar tendo uma redução no seu índice, mas ainda assim, consegue manter o pagamento das suas dívidas em plena solvência.

A empresa (2) no ano de 2014, dispõe de 122% de disponíveis para cada R\$ 100,00 de dívidas a curto prazo, reduzindo para 93% no ano de 2015 referente ao aumento do Passivo Circulante; sendo assim, a empresa não possui disponibilidade de assumir todas as suas dívidas de curto prazo. Essa diminuição é preocupante pois a empresa está tendo a sua capacidade reduzida gradativamente.

De acordo com esse índice a empresa (1) deve planejar-se para que a sua disponibilidade a curto prazo não venha reduzir nos anos seguintes, e conseqüentemente diminua a sua capacidade de saldar as dívidas a curto prazo. A empresa (2) tem que traçar estratégias para que possa recuperar a sua capacidade de liquidar suas dívidas a curto prazo.

4.2 Liquidez Seca

No tópico a seguir avalia-se os resultados atingidos e analisados no índice de liquidez seca.

Tabela 2 – Comparativo do Índice de Liquidez Seca

Liquidez Seca	2014	2015
Alpargatas	155%	120%
Vulcabras	78%	64%

Fonte: Elaboração do autor – Demonstrações Financeiras, Bovespa (2016).

A empresa (1) apresentou em 2014 um índice de 155% de disponíveis para cada R\$ 100,00 de dívidas de curto prazo, sem os estoques. Em 2015 o índice diminuiu para 120%, mesmo com essa redução pode-se verificar que a empresa tem a capacidade de liquidar suas dívidas de curto prazo, sem utilizar os seus estoques.

Verifica-se que a empresa (2) sem os seus estoques, não conseguiria liquidar as suas dívidas, pois o seu índice em 2014 é de 78% e em 2015 reduziu para 64%.

Como relatado no índice anterior a empresa (1) está em uma situação favorável pois mesmo que seus estoques não fossem vendidos, ainda assim conseguiria saldar suas dívidas a curto prazo, porém deve permanecer atentos para que essa disponibilidade não reduza. A empresa (2) não tem disponibilidade para liquidar suas dívidas, o que é preocupante e mostra a necessidade de um planejamento estratégico.

4.3 Liquidez Geral

Neste tópico é apresentado os resultados obtidos, na análise do índice de liquidez geral.

Tabela 3 – Comparativo do Índice de Liquidez Geral

Liquidez Geral	2014	2015
Alpargatas	147%	128%
Vulcabras	105%	103%

Fonte: Elaboração do autor – Demonstrações Próprias, Bovespa (2016).

Pode-se constatar que no ano de 2014 a empresa (1) possui um índice de 147% de disponibilidades para cada R\$ 100,00 de dívida a curto e longo prazo. Em 2015 o índice diminuiu

para 128%, ou seja, mesmo com essa redução a empresa tem a capacidade de saldar com suas dívidas.

A empresa (2) também sofreu redução, possuindo em 2014 um índice de 105% e em 2015 de 103% disponível para cada R\$ 100,00 de dívidas de curto e longo prazo. Sendo assim, a empresa seria capaz de saldar com suas dívidas.

Verificamos que as empresas tem condições de liquidar as suas dívidas a longo, mas podemos perceber que de uma ano para o outro o índice diminuiu, e é devido a essa redução que os gestores devem tomar precauções para não entrar na insolvência.

4.4 Grau de Endividamento

Neste tópico, demonstram-se os resultados alcançados através da análise do grau de endividamento das empresas, Alpargatas (1) e Vulcabras (2).

Tabela 4 – Comparativo do Grau de Endividamento

Grau de Endividamento	2014	2015
Alpargatas	74%	95%
Vulcabras	5%	3%

Fonte: Elaboração do autor – Demonstrações Financeiras, Bovespa (2016).

Verifica-se no ano de 2014 a utilização de 74% de capital de terceiros e 26% de capital próprio pela empresa (1), em 2015, a mesma escolhe aumentar a participação de capital de terceiros para 95% e diminui o capital próprio para 5%. Enquanto a empresa (2) utilizou em 2014 apenas 5% de capital de terceiros e 95% de capital próprio, e em 2015 optou por reduzir ainda mais a participação de capital de terceiros para 3% ficando com 97% de capital próprio.

Uma participação exagerada de capital de terceiros em comparação ao capital próprio torna a empresa frágil, e transparece para os usuários externos uma situação desfavorável. A empresa (1) estar com uma dependência elevada de capitais de terceiros, e o mais indicado seria uma redução dessa dependência.

4.5 Composição de Endividamento

Neste tópico apresenta-se uma comparação da composição de endividamento das empresas, Alpargatas (1) e Vulcabras (2).

Tabela 5 – Comparativo Composição de Endividamento

Composição de Endividamento	2014	2015
Alpargatas	64%	71%
Vulcabras	49%	68%

Fonte: Elaboração do autor – Demonstrações Financeiras, Bovespa (2016).

A Composição de Endividamento da empresa (1) no ano de 2014 foi de 64% de dívidas a curto prazo, em 2015 aumentou para 71%. A empresa (2) apresentou em 2014 um total de 49% de dívidas a curto prazo e em 2015 mostrou um crescimento de 68%.

Este índice, conhecido como perfil da dívida, revela a relação entre o passivo de curto prazo da empresa e o seu passivo total em termos percentuais. Nos anos em estudo das respectivas empresas, o valor ultrapassou os 50%, podendo representar teoricamente, um maior risco em relação ao cumprimento de suas obrigações, pois a empresa tem menos tempo para gerar recursos para saldar suas dívidas. Mas se as empresas tiverem planejamento e controle, conseguiram liquidar as suas dívidas.

4.6 Giro do Ativo

Apresenta-se a seguir os resultados adquiridos através da análise do giro do ativo.

Tabela 6 – Comparativo do Giro do Ativo

Giro do Ativo	2014	2015
Alpargatas	106%	111%
Vulcabras	27%	23%

Fonte: Elaboração do autor – Demonstrações Financeiras, Bovespa (2016).

Observa-se que no ano de 2014 para cada R\$ 1,00 investido a Alpargatas vendeu R\$ 1,06; e em 2015 obteve um aumento onde a empresa vendeu R\$ 1,11 para cada R\$ 1,00 investido. A empresa possui capacidade de usar todos seus ativos para que possa gerar vendas, fazendo com que esse giro traga lucros melhores e eficientes.

A Vulcabras no ano de 2014 vendeu R\$ 0,27 para cada R\$ 1,00 investido, e sofreu uma redução em 2015 apresentando R\$ 0,23 para cada R\$ 1,00 investido. Verifica-se que a empresa não está obtendo retorno ao seu investimento.

A empresa (2) deve analisar o motivo de não estar tendo o retorno esperado, se é as características do produto ou o local onde estar sendo negociado, tendo em vista que a empresa (1) do mesmo segmento está obtendo retorno.

4.7 Retorno do Investimento

Neste tópico são apresentados os resultados obtidos através da análise de retorno do investimento.

Tabela 7 – Comparativo do Retorno do Investimento

Retorno de Investimento	2014	2015
Alpargatas	8,0%	7,0%
Vulcabras	-6,0%	-4,0%

Fonte: Elaboração do autor – Demonstrações Financeiras, Bovespa (2016).

No ano de 2015 observa-se para cada R\$ 1,00 de investimento, a empresa (1) obteve um retorno de R\$ 0,08; apontando uma pequena redução no ano de 2015, apresentando R\$ 0,07 de ganho para cada R\$ 1,00 investido.

Nos anos analisados de 2014 e 2015 a (2) não obteve lucro para cada R\$ 1,00 investido, pois apresentou um percentual em 2014 de -6,0% e em 2015 de -4,0%. Esses percentuais se mantiveram negativos nos dois anos, pois a empresa obteve prejuízo em ambos, fazendo com que esse retorno não fosse como esperado.

A empresa (2) estar em uma situação de insolvência, e um dos passos iniciais para a recuperação é cortar gastos e reduzir custos de forma que não prejudique a produção da empresa.

4.8 Margem de Lucro sobre as Vendas

Neste tópico avaliam-se os resultados obtidos através da análise de margem de lucro sobre as vendas.

Tabela 8 – Comparativo da Margem de Lucro sobre as Vendas

Margem de Lucro sobre as Vendas	2014	2015
Alpargatas	8,0%	6,0%
Vulcabras	-6,0%	-5,0%

Fonte: Elaboração do autor – Demonstrações Financeiras, Bovespa (2016).

A empresa (1) apresentou em 2014 um lucro de R\$ 0,08 para cada R\$ 1,00 vendido, e em 2015 auferiu um lucro de R\$ 0,06. A margem de lucro da empresa mostra relativamente em suas medidas o ganho em cima de suas vendas, sendo positivo e indicando a sua eficiência em relação aos custos de produção, ou seja, a empresa consegue se manter no mercado competitivo.

No ano de 2014 e 2015 a (2) não auferiu lucro, pois a empresa obteve prejuízo nos dois anos consecutivos. Isso mostra que a empresa não se encontra em uma situação favorável no mercado competitivo, pois não estar tendo retorno em relação ao que foi investido. Uma maneira de aumentar o faturamento da empresa seria reajustar os preços dos produtos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As frequentes modificações no cenário econômico mundial têm tornado as organizações bastante oscilantes, exigindo dos gestores meios confiáveis para adquirir as informações desejáveis e indispensáveis para a tomada de decisão.

Assim, esse estudo propôs elaborar uma pesquisa para esclarecer qual a importância das Análises dos Índices Econômico-Financeiros para a tomada de decisão das empresas Alpargatas e Vulcabras, nos exercícios de 2014 e 2015. E teve como objetivo geral, efetuar uma análise dos Índices Econômico-Financeiros, com a finalidade de comparar a situação econômico-financeira das empresas pesquisadas, evidenciando a importância dessas informações para a tomada de decisão.

Para isso utilizou-se como metodologia de pesquisa a confrontação dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade dos exercícios de 2014 e 2015 das empresas Alpargatas e Vulcabras, do segmento calçadista da Bovespa.

Pode-se perceber que a análise dos índices evidencia a situação econômico-financeira das empresas, de acordo com as análises a empresa Alpargatas encontra-se numa situação de solvência conseguindo se manter no mercado competitivo. Enquanto a empresa Vulcabras que pertence ao mesmo segmento, estar em uma condição de insolvência. Portanto, para que a Alpargatas continue nessa situação de solvência e que a Vulcabras se restabeleça, é fundamental que os seus gestores utilizem essas informações como base para a tomada de decisão

Uma das limitações deste estudo foi o período de abrangência, propõe-se desta maneira, aumentar o período de estudo e aprofundar a análise em outros indicadores para agregar melhoria nas informações para as tomadas de decisões.

ABSTRACT

The constant changes in the economic scenario have become quite oscillatory organizations, requiring of managers reliable means to acquire the information necessary for making decisions. Therefore, this article makes a survey on the importance of accounting with the use of analyzes of economic-financial indicators in decision making of companies. The research had as objective to make a comparative study of the indices, with the result of analysing the economic-financial situation of companies surveyed and highlight the importance of these information for decision-making. We use the Balance Sheet (*Balanço Patrimonial - PL*) and the Demonstration of the Result for the Year (*Demonstração do Resultado do Exercício - DRE*) as the base for other airlines of the footwear segment of Stock Exchange (*Bolsa de Valores – BOVESPA*), Current radio, the exercises in 2014 and 2015. It seeks to verify the results of the analyzes of the Liquidity Ratios, Debt and Revenue of the companies by comparing their performance and measuring the ability of payment in the short/long period. The results showed that in the face of a challenging economic scenario, the analyzes made provide relevant information to assist managers in decision-making.

Key words: Decision-making. Economic-financial indicators. Analyzes.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Santos. **A Contabilidade como ferramenta de gestão**. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-contabilidade-como-ferramenta-de-gestao,31850.html#end>>. Acesso em: 06 de janeiro de 2016.

BASTOS, K. H.; QUINTANA, A. C.; JACQUES, F. V. S. **Análise das demonstrações dos fluxo de caixa da empresa Wilson Sons Limited e Subsidiárias por meio de indicadores**. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/tc20_328554648071.pdf>. Acesso em: 29 de março de 2016.

BOLSA DE VALORES (BOVESPA). Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em 05 de abril de 2016.

BRAGA, H. R. **Demonstrações Contábeis: Estrutura, Análise e Interpretação**. 7. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 11.638, de 28 de Dezembro de 2007. **Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 10 de março de 2016.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 6.404, de 15 de Dezembro de 1976. **Características e Natureza da Companhia ou Sociedade Anônima**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 10 de março de 2016.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>>. Acesso em 11 de março de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GOMES, M. **A Contabilidade como ferramenta de gestão empresarial**. Disponível em: <http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/a_contabilidade_como_ferramenta_de_estao_empresarial_25-06-13_1.pdf>. Acesso em 06 de janeiro de 2016.

GONÇALVES, Carlos Alberto; MEIRELLES, Anthero de Moraes. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração** – São Paulo: Atlas S.A., 2004.

IUDICIBUS, S. **Análise de Balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas S.A., 2011. 225 p.

MARION, J. C. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

MONTARTE, A. S. **Análise das Demonstrações Financeiras**. São Paulo: Atlas S.A., 2007.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2011.

OLIVEIRA, A.; SILVA, A.; ZUCCARI, S. **A análise das demonstrações contábeis e sua importância para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações**. Disponível em: <http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/pdfs/ricardo_alessandro.pdf>. Acesso em 25 de março de 2016.

OLIVEIRA, Antonio. et al. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Índices de Rentabilidade**. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/contabilidade/artigos/20009/indices-de-rentabilidade>>. Acesso em: 08 de abril de 2016.

SILVIA, Giselle. **Índices financeiros e lucratividade – Um estudo dos índices de rentabilidade**. Disponível em: <<http://peritocontador.com.br/wp-content/uploads/2015/03/Giselle-Damasceno-da-Silva-%C3%8Dndices-Financeiros-e-Lucratividade-Um-Estudo-dos-%C3%8Dndices-de-Rentabilidade.pdf>>. Acesso em: 08 de abril de 2016.

Utilização de índices como instrumentos de análise financeira: estudo exploratório das empresas de carnes e derivados. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/3CCF/31_6.pdf>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2000.